§ único. As notificações poderão ser entregues pessoalmente, mediante recibo, ou enviadas por via postal em carta registada com aviso de recepção.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 1 de Março de 1946.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Marcello José das Neves Alves Caetano*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

—
Portaria n.º 11:281

Nos termos do disposto nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 4.º da portaria n.º 11:100, de 12 de Setembro de 1945, o azeite manifestado pelos produtores de mais de 200 litros pode ser vendido ao comércio até 15 de Maio, depois do que serão requisitadas pela Junta Nacional do Azeite as quantidades não transaccionadas.

Para o fim de se assegurar uma distribuição regular, impõe-se encurtar tal prazo, uma vez que se tem informação de que avultadas quantidades de azeite se encontram de facto vendidas, mas sem que os compradores tenham dado nota das transacções à Junta ou retirado o produto. E a explicação do facto deve estar em suporem muitos — ao contrário do que é intenção do Governo — que será abandonada a política de defesa do preço que se tem seguido, do que resultaria imediatamente uma alta do produto, de que beneficiariam as quantidades aludidas.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, ao abrigo do disposto nos decretos-leis n.ºs 29:904 e 31:564, respectivamente de 7 de Setembro de 1939 e de 10 de Outubro de 1941, o seguinte:

1.º O prazo a que se refere a alínea *b)* do n.º 4.º da portaria n.º 11:100, de 12 de Setembro de 1945, é encurtado para 15 de Março.

2.º Os detentores do azeite que vier a ser requisitado serão punidos, nos termos previstos na referida portaria, se se recusarem a entregar o azeite ou dificultarem a respectiva entrega.

Ministério da Economia, 1 de Março de 1946.— O Ministro da Economia, *Clotário Luís Suptco Ribeiro Pinto*.